



NOTA TÉCNICA

NÚMERO: 01/2022

DATA: 21/11/2022

ORIGEM: AA/GCB/UEC

REFERÊNCIA: Processo 59500.003196/2022-10-e

OBJETIVO: Resposta ao pedido de impugnação do Edital n. 034/2022

**HISTÓRICO E
CONTEXTUALI-
ZAÇÃO:**

Em 18/11/2022 a empresa: LÓGICA ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA – EPP - CNPJ nº 05.965.853/0001-81 interpôs o pedido de impugnação ao Edital n. 34/2022 referente a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços atuariais, solicitando que sejam suprimidas do Edital e do Termo de Referência a previsão, como requisito de acesso ao torneio, a inscrição e certificação do profissional e da empresa no IBA, já que acaba por violar o entendimento cristalizado na Súmula nº 18, da Corte de Contas do Estado de São Paulo, que proíbe a exigência de comprovação de filiação a Sindicato ou a Associação de Classe, como condição de participação (g.n.)

ANÁLISE TÉCNICA:

O decreto 806/69 que regulamenta a profissão de atuário no seu art. 2º torna o registro obrigatório ao órgão (IBA a todo profissional de atuário, conforme abaixo:

Art. 2º O registro profissional, obrigatório a todo atuário, far-se-á no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social e constará de livro próprio.

Parágrafo único. Os profissionais que se encontrem nas condições previstas no inciso V, do art. 1º, deverão requerer o citado registro, dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar da data em que for publicada a regulamentação deste Decreto-lei.

Já o art. 3º determina como o pedido deve ser analisado:

Art. 3º Os pedidos de registro, a que se refere o artigo 2º, serão entregues, acompanhados da documentação exigida, ao



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Instituto Brasileiro de Atuária, que encaminhará o processo ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social

Parágrafo único. O Instituto Brasileiro de Atuária, realizadas as diligências necessárias, opinará sobre o pedido de registro, manifestando-se quanto ao mérito. Este pronunciamento instruirá o processo, ficando, porém, a critério das autoridades administrativas a decisão final.

Além disso, a administração pública tem a faculdade através dos princípios da conveniência, oportunidade e especificidade do objeto de determinar critérios que julgar necessários visando a escolha da empresa mais adequada para realização de um trabalho com mais qualidade e que atenda a todas as exigências da legislação.

**FUNDAMENTAÇÃO
LEGAL:**

Decreto-lei 806/69; lei 13.303/2016; Constituição Federal de 1988; Princípios da Administração Pública.

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS:**

Com base nos motivos apresentados acima, conclui-se que o recurso foi considerado improcedente.

**FONTE DE
PESQUISA:**

www.google.com

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:

TARSO ARAGÃO GUERRA DA CUNHA

NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL PELA NOTA TÉCNICA

ASSINATURA / CARIMBO

DE ACORDO:

JULIANNA BAÍÁ PIO DE LIMA

NOME COMPLETO DO SUPERIOR HIERÁRQUICO

ASSINATURA / CARIMBO